

3.7. Instrumentos financeiros - apresentação líquida
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8. Imposto de renda e contribuição social
3.8.1. Imposto de renda e contribuição social correntes
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente na data de apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada sobre a parcela de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, nas extensões em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

Entretanto, a Companhia não tem registrado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, em razão de não apresentar expectativa de geração de lucro tributável futuro, conforme critérios requeridos pelo CPC 32.

A expectativa de a Companhia gerar lucros tributáveis futuros para possibilitar o registro de impostos diferidos ativos são revisados no final de cada exercício.

3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.10. Classificação de ativos e passivos no circulante e não circulante
Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente.

3.12. Pagamentos baseados em ações
A AES Corp., mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp. são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga. O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. exercidas pelos colaboradores da Companhia. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações para ou no exercício das opções pelos colaboradores. Após o aporte dos recursos a reserva de capital constituída poderá utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

3.13. Reconhecimento da receita
A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada na demonstração do resultado, está apresentada na nota 18. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

3.13.1. Receita de venda de energia
A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração de energia entregue conforme as bases contratadas ocorre em bases mensais.

3.13.2. Receita de juros
A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.14. Resultado por ação
O resultado por ação é determinado considerando-se a média ponderada da quantidade de ações emitidas.

3.15. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Programa para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrando o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.16. Julgamentos, estimativas e provisões contábeis significativas
Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia efetuou diversas estimativas, as quais foram determinadas com base em julgamento da Administração e, quando necessário, com base em pareceres elaborados por especialistas. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações (nota 3.6), análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 3.4.3) e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas (nota 3.7), avaliação dos instrumentos financeiros (nota 3.4), entre outros ativos e passivos na data do balanço. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entendeu como razoáveis e relevantes nas circunstâncias.

As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. A condição financeira e os resultados das operações da Companhia frequentemente requerem o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados efetivos podem ser distintos daqueles estimados em razão da ocorrência de variáveis, premissas ou condições diferentes ou novas em relação àquelas estimadas.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

4.1. Fundamentação da transição para as normas internacionais de contabilidade
a) Aplicação do CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

As demonstrações contábeis referente ao o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Estas demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com o CPC 37 (R1).

As demonstrações contábeis de 01 de janeiro de 2009 (data de transição adotada pela Companhia) foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1). A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva de Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Também foram efetuados outros ajustes e reclassificações requeridos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e que não estão descritos nas isenções previstas do CPC 37 (R1) (Notas nº 2.2 e 4.1.b.ii).

b) Ajustes requeridos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e que não estão descritos nas isenções previstas do CPC 37 (R1)
O CPC 37 (R1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, conforme descrito a seguir:

- (i) **Isenções não aplicáveis:** As isenções previstas no CPC 37 (R1) não são aplicáveis à Companhia.
- (ii) **Transações com pagamento baseados em ações:** A Companhia registrou as despesas incorridas até a data de transição em transações de pagamento baseadas em ações na conta de ajustes de transição no patrimônio líquido em contrapartida de reserva de capital, no patrimônio líquido, de forma a não provocar efeito no patrimônio líquido. A referida reserva de capital poderá utilizada para aumento de capital em favor da AES Corp. quando eventualmente realizadas.
- (iii) **Divulgação da demonstração de resultado:** A Companhia passou a divulgar em sua demonstração do resultado a receita líquida das deduções, definida como "receita operacional líquida", conforme CPC 30. As despesas informadas na demonstração de resultado estão agregadas de acordo com o método da função.

c) Demonstração dos impactos da transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC (CPC 37 (R1))
Em conformidade ao CPC 37 (R1), a Companhia apresenta a seguir os impactos da transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC sobre as demonstrações contábeis anteriormente emitidas e que haviam sido preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) vigente até 31 de dezembro de 2009, em relação às normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010. Devido à irrelevância dos ajustes contábeis, estamos demonstrando a conciliação do patrimônio líquido, entre a data de transição (01 de janeiro de 2009) e 31 de dezembro de 2009 e da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, como segue:

	Nota 4.1	31.12.2009	01.01.2009
Passivo a descoberto originalmente emitido		(38.895)	(1.279.698)
Ajustes de acordo com os pronunciamentos e orientações emitidas pelo CPC			
Pagamento baseado em ações - CPC 10 (ii)		24	19
Passivo a descoberto ajustado aos CPC's		(38.871)	(1.279.679)
Lucro líquido originalmente emitido			227.513
Ajustes de acordo com os pronunciamentos e orientações emitidas pelo CPC			
Despesa com transação de pagamento baseado em ações, líquida (ii)		(10)	(10)
Lucro líquido ajustado aos CPC's			227.505

5. Caixa e equivalente de caixa e Investimentos de curto prazo

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário disponível	45	99	313
Operações compromissadas (i)		3.387	—
	45	3.486	313
Investimento de curto prazo			
Operações compromissadas (i)	67.373	104.563	78.745
Certificados de depósitos bancários - CDB (i)	63.409	35.052	136.053
Títulos e valores mobiliários (ii)	23.529	21.736	—
	154.311	161.351	214.798

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa.

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas^(*) foram remunerados, em média a Companhia a 102,58% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e têm características de liquidez imediata.
- (II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC e têm características de liquidez imediata.
- (*) Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de resgate do título por parte do emitente, e de venda pelo cliente, com taxas definidas, prazos pré-determinados, registrados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são lastreadas na CETIP. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

6. Concessionárias, líquido

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
6.1 Concessionárias			
Venda de energia elétrica e potência	—	3.963	84.157
Penalidade por falha de fornecimento de gás	4.248	4.248	4.248
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul) - Nota 14	11.187	97.615	119.647
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(4.248)	(89.610)	(180.864)
Totais	11.187	16.416	27.188
(a) Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía um saldo de R\$85.162 referente a PCLD sobre títulos a receber junto à AES Sul (R\$107.429 em 01 de janeiro de 2009) - Vide nota 14.			

6.2 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
6.3 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento			
	Vencidos	PCLD	
Acima de 90 dias	4.248	(4.248)	
Total	4.248	(4.248)	

Saldo em 01 de janeiro de 2009 (180.864)
Adições (Nota 20) (11.359)
Baixas (Nota 20) 27.263
Reversão - Acordo RGE (Nota 20) 75.538
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (89.410)
Reversão - Acordo AES Sul (Notas 14 e 20) 85.162
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (4.248)

7. Assuntos regulatórios

7.1. Contas a receber e a pagar - CCEE

Os saldos decorrentes das compras e vendas de energia elétrica de curto prazo foram registrados no ativo circulante e não-circulante (realizável a longo prazo) - contas a receber por venda de energia - CCEE e no passivo circulante e não-circulante - contas a pagar por compra de energia - CCEE com base nas informações divulgadas pela CCEE e na estimativa elaborada pela Companhia.

Descrição	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Contas a receber por venda de energia - CCEE (ativo de energia - CCEE por venda)	—	1	3.151
Ativo circulante	—	1	3.151
Ativo não circulante	33.121	33.121	43.121
Contas a pagar por compra de energia - CCEE (passivo)	(70.887)	(70.887)	(70.887)
Passivo não circulante	(37.766)	(37.766)	(33.415)
Líquido a pagar	(37.766)	(37.766)	(33.415)

Transações
CCEE - período de setembro de 2000 a janeiro de 2007
Contas a receber por venda de energia 8.453 8.453 8.453
Contas a receber - encargos de serviço do sistema 25.286 25.286 25.286
Contas a pagar por compra de energia (71.426) (71.426) (71.426)
Valores registrados com base na estimativa elaborada pela administração (79) (78) 4.272
Total das transações (37.766) (37.766) (33.415)

Essas transações foram registradas de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE. Tais valores poderão sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia obteve liminar favorável em processo movido contra a CCEE, a ANEEL e o Operador Nacional do Sistema - ONS, assegurando a suspensão da liquidação financeira dos valores a pagar referente ao período de dezembro de 2000 a março de 2002 até que ocorra o encerramento das discussões judiciais a respeito. A ANEEL promoveu a interposição de recurso de apelação em agosto de 2009, sendo protocolada, pela AES Uruguiana, petição de contra-razões ao recurso de apelação interposto pela ANEEL. Em novembro de 2009, os Autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal e ainda estão aguardando da decisão judicial.

7.2. Garantias

Em atendimento à Resolução ANEEL nº 23.03, os procedimentos operacionais para a liquidação financeira das operações realizadas no âmbito do mercado, a partir de 1º de janeiro de 2003, determinam o depósito de garantias financeiras, que são meios executáveis extrajudicialmente para assegurar o cumprimento da obrigação pelo agente de mercado. A Companhia, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía depósitos em conta bancária para garantia da liquidação de suas operações com a CCEE (R\$8.266 em 1º de janeiro de 2009).

	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	285	544.181	154.868	14.408	225	6.920	3.786	724.673
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(366.417)	(133.217)	(14.408)	(97)	(4.824)	(3.786)	(523.034)
Adições	—	530	—	—	—	129	308	967
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferência	—	—	—	—	—	74	(74)	—
Outros	—	(270)	(195)	452	—	—	14	1
Saldo em 31 de dezembro de 2009	285	544.441	154.673	14.860	225	7.123	4.034	725.641
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(341.751)	(133.022)	(14.860)	(52)	(4.315)	(4.034)	(498.319)
Adições	—	40	—	—	—	(1)	550	590
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferência	—	—	—	—	—	1.244	(3.835)	(1)
Outros	—	2.591	—	—	—	117	(118)	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	285	547.072	154.674	14.841	225	8.483	631	726.211
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(319.355)	(133.023)	(14.841)	(31)	(4.907)	(631)	(473.073)

	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Depreciação e amortização					
Saldo em 1º de janeiro					
de 2009	(177.764)	(21.651)	(128)	(2.096)	(201.639)
Adições	(24.926)	—	(45)	(712)	(25.683)
Saldo em 31 de dezembro					
de 2009	(202.690)	(21.651)	(173)	(2.808)	(227.322)
Adições	(25.027)	—	(21)	(768)	(25.816)
Saldo em 31 de dezembro					
de 2010	(227.717)	(21.651)	(194)	(3.576)	(253.138)

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
13. Fornecedores			
Obrigações contratuais (*)	104.794	109.397	52.998
Fornecedores de energia comprada para revenda	49	6.740	12.726
Outros fornecedores	1.171	1.822	2.788
Total geral	106.014	117.959	68.512
(*) Refere a obrigações contratuais relacionados aos contratos de fornecimento e transporte de gás ("Ship or Pay"). Esse saldo é lastreado ao dólar norte-americano e é atualizado nas data de encerramento dos balanços.			

14. Saldos e transações com partes relacionadas
A Companhia é controlada pela Uruguiana Inc. a, qual é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira). A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais além da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), e AES Tietê S.A. ("Uruguiana S.A."), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A.) e uma comercializadora de energia elétrica (AES InfoEnergia Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora da Eletropaulo. Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas são os seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo Circulante			
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul) (Nota 6.1)	11.187	97.615	119.647
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - AES Sul (Notas 6.2)	—	(85.162)	(107.429)
Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A.	—	—	2.905
Total	11.187	12.453	15.123
Passivo Circulante			
Repasse do benefício do despacho otimizado - AES Sul	—	20.829	16.985
Provisão para negociação do contrato de comercialização - AES Sul	—	27.099	47.172
Empréstimos em moeda estrangeira e encargos de dívidas com a controladora - AES Uruguiana Inc.	—	—	708.413
Total	—	47.928	772.570
Passivo Não Circulante			
Empréstimos em moeda estrangeira e encargos de dívidas com a controladora - AES Uruguiana Inc.	—	—	507.218
Total	—	—	507.218
A Companhia possuía um contrato de fornecimento de energia elétrica com a AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul). Este contrato foi encerrado a partir de 01 de dezembro de 2009, em função da paralisação das atividades da Usina. Em 2010, ainda existiam diversas contrapartidas relacionadas à execução deste contrato, e estas contrapartidas consistiam em: i) o recebimento, pela AES Sul, dos benefícios diretos e indiretos auferidos pela Companhia em decorrência da operação integrada da UTE Uruguiana incluindo-se Encargos de Serviços de Sistema; ii) o recebimento, pela Companhia das diferenças dos			

8. Outros créditos

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados (*)	54	11.919	2
Despesas pagas antecipadamente	238	318	530
Almozarifado			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
(c) Outros benefícios de longo prazo: incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo e, se não forem pagáveis na totalidade num período de doze meses após o encerramento do exercício, participação nos lucros, bônus e remunerações futuras;
(d) Benefícios de rescisão de contrato de trabalho: incluem-se as ofertas para incentivar a demissão voluntária ou de incentivo à aposentadoria;
(e) Remuneração baseada em ações: são beneficiários a empregados relacionados com pagamentos baseados em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais.

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado. Os valores referentes à pagamento baseado em ações são pagos pela AES Corp., não havendo ônus para a Companhia.

15. Provisão para pesquisa e desenvolvimento

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE			
Pesquisa e Desenvolvimento	3.960	8.188	8.742
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	-	45	2.907
Ministério de Minas e Energia	-	22	1.454
Total	3.960	8.255	13.103
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e Desenvolvimento	1.659	-	-
Total	1.659	-	-

A movimentação do saldo de pesquisa e desenvolvimento, foi como segue:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Saldo em 01 de janeiro de 2009			13.103
Provisões			296
Pagamentos			(6.009)
Atualização monetária (Nota 23)			865
Saldo em 31 de dezembro de 2009			8.255
Provisões			144
Pagamentos			(3.313)
Atualização monetária (Nota 23)			533
Saldo em 31 de dezembro de 2010			5.619

16. Provisão para litígios e contingências

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE			
Trabalhistas (a)	580	-	-
Total	580	-	-
NÃO CIRCULANTE			
Trabalhistas (a)	4.680	1.752	661
Cíveis (b)	-	-	29.722
Outros	-	3	-
Total	4.680	1.755	30.383

A movimentação dos saldos de provisão para litígios no período, foi como segue:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Saldo em 01 de janeiro de 2009	661	29.722	30.383
Adições	1.142	-	3
Atualização	110	-	110
Reversão	(161)	(4.722)	(4.883)
Pagamento	-	(25.000)	(25.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.752	3	1.755
Adições	5.128	-	5.128
Atualização	(1.872)	-	252
Reversão	-	(3)	(1.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.260	5.260	5.260

(a) **Trabalhista:** Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia em geral, o pagamento de horas extras, adições de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adiantados aos depósitos consignados para garantia do pleito.

(b) **Dificuldades operacionais ocorridas durante o período de 20 de maio a 15 de junho de 2001:** Em 31 de maio de 2007, a Companhia enviou correspondência à CCEE para que efetuassem o registro da quantidade de energia elétrica que não foi fornecida durante o período de força maior que ocorreu entre 20 de maio de 2001 e 30 de junho de 2001, à outra concessionária em razão de cumprimento da liminar obtida por essa empresa. Em setembro de 2008, devido às mudanças no aspecto legal, conforme entendimento de nosso departamento jurídico e de consultores legais, a avaliação da probabilidade de perda que era considerada como possível mudou para provável. Com isso, a Companhia registrou no passivo não circulante o montante de R\$29.722, referente ao valor dos custos adicionais para a reposição de energia elétrica a essa outra concessionária. Esse passivo foi liquidado em 31 de março de 2009, sendo efetuado pagamento no valor de aproximadamente R\$25.000.

Conforme instruções do pronunciamento técnico do CPC 25, a Companhia deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro, uma indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e a possibilidade de qualquer reembolso. Dessa forma, seguem resumos abaixo as discussões judiciais cuja probabilidade de ganho é maior do que de perda, envolvendo a Companhia. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2010.

16.1. Ação judicial referente ao período de dezembro de 2000 a março de 2002

A Companhia ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela Companhia em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Companhia, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela Companhia que determinou a suspensão da exigência dos valores objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE. Sobreveio sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar, inclusive para condenar as requeridas ao ressarcimento dos valores relativos às despesas processuais, bem como o pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor atribuído à causa. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela ONS e CCEE. O procedimento principal, por sua vez, que discute o mérito das alegações suscitadas pela Companhia, encontra-se em andamento em 1ª instância, em fase de produção de provas, sem decisão judicial, vide nota 7.

16.2. Pis/Cofins sobre Receita de Exportação

Em 26 de novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Companhia, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$14.391 para a exigência do Pis e da COFINS sobre receitas decorrentes da venda de energia elétrica destinada exclusivamente à exportação. De acordo com o entendimento das autoridades fiscais, a Companhia não poderia se valer da isenção prevista nas Leis 10.637/02 e 10.833/03, tendo em vista não se enquadrar no conceito de empresa comercial exportadora de que trata o Decreto-Lei 1.248/72. De acordo com o entendimento dos advogados da Companhia, é defensivo a tese de que essas receitas sejam isentas pelas vendas feitas a empresas comerciais exportadoras, pois as regras do Pis e da COFINS não fazem qualquer tipo de qualificação ou impõem qualquer requisito em sua constituição ou funcionamento administrativo. Foi apresentado Recurso Voluntário em face da decisão de 1ª Instância Dessas Instituições, que decidiu por manter o Auto de Infração lavrado pela Receita Federal.

Compromissos e garantias
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui quaisquer compromissos e garantias de longo prazo.

17. Patrimônio líquido

(a) **Capital social**
Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, o capital social autorizado da Companhia é de R\$1.013.288, sendo R\$1.013.288,145 em ações ordinárias. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. A autorização do montante desse capital foi realizada em 22 de dezembro de 2009, mediante reunião de acionistas aprovando a capitalização dos empréstimos que a Companhia possuía com a sua controladora, aumentando seu capital em R\$1.013.288 através da emissão de 1.013.288,145 novas ações ordinárias, emitidas em favor de sua controladora Uruguiana Inc. Assim, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Companhia estava representado por 1.015.222,739 ações ordinárias. A composição acionária é a seguinte:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
AES Uruguiana Inc.			
(Ilhas Cayman)	1.015.222.731	1.015.222.731	1.934.586
Companhia			
Brasília Energia	1	0,00	1
BIDES			
Participações S.A.	1	0,00	1
Outros	6	0,00	6
Total das ações	1.015.222.739	1.015.222.739	1.934.594

A legislação brasileira estabelece controles sobre todos os bens, ações e créditos mantidos por estrangeiros ou quaisquer contratos que estipulam pagamentos em outra moeda que não seja o real. Todo o capital mantido por não-residentes e todos os empréstimos em moeda estrangeira para companhias brasileiras deve ser registrado no Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a parcela do capital da Companhia registrado no Banco Central do Brasil, em nome da AES Uruguiana Inc., é US\$566.626.573.

(b) **Reservas**
A composição das reservas é a seguinte:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Composição dos saldos das reservas:			
Reservas de capital			
Outorga de opção de compra de ações (*)	84	71	56
	84	71	56

(*) É composta por outorga de opção de compra de ações preferenciais da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia (vide nota 14 e 27).

(c) **Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**
(i) O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.
(ii) A Companhia poderá pagar, aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre o capital próprio.

18. Receita operacional líquida

	31.12.2010	31.12.2009
Suprimento - Contrato Básico	-	112.963
Suprimento - Curto Prazo	5	4.907
(-) BDO - RGE	-	(30.571)
(-) BDO - AES SUL	-	1.740
CVA Conta Gráfica	-	6.126
Amortização CVA CEEE	-	1.328
Outras	318	-
Receita Operacional Bruta	323	96.493
(-) PIS	-	(1.441)
(-) COFINS	-	(6.638)
Pesquisa e desenvolvimento	(145)	(216)
Deduções da Receita Bruta	(145)	(8.295)
Receita Operacional Líquida	178	88.198

19. Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2010	31.12.2009
Custo com energia elétrica		
Compra de energia elétrica	(285)	(91.034)
Estorno de provisão de energia comprada CCEE (*)	-	30.506
(-) Créditos PIS/Cofins	1	7.472
	(284)	(53.056)

(*) O acordo firmado com a RGE permitiu a reversão da provisão da energia comprada.

20. Reversão de provisões operacionais

	31.12.2010	31.12.2009
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordo RGE (Nota 6) (*)	-	75.538
Estorno parte provisão arbitragem - Acordo RGE (*)	-	4.722
Perda de dívida - Acordo RGE (*)	-	(41.279)
Multa por atraso na obra - Acordo RGE (*)	-	(5.243)
Reversão BDO - Acordo RGE (*)	-	(30.571)
Reversão CVA - Acordo RGE (*)	-	2.837
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordo AES Sul (Notas 6 e 14)	85.162	-
Acordo Sulgás (Nota 12)	4.102	-
Provisão para contrato oneroso (Nota 12)	2.188	(16.437)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida (Nota 6)	-	15.916
Provisão para contingência trabalhista	(3.507)	(1.092)
Outros	(18)	(18)
Total	88.096	4.208

(*) Em 3 março de 2009, a ANEEL aprovou o aditivo contratual com a RGE para redução do prazo e volume contratado, com término para dezembro de 2009, e como consequência

houve a celebração de um acordo entre a Companhia e a RGE, que resultou numa reversão de ativos e passivos no montante líquido de R\$43.606, (Incluindo R\$37.602 classificado como Receita (despesas) financeiras, vide nota 23) registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

21. Indenizações de seguros

	31.12.2010	31.12.2009
Recebimento de seguro proveniente de paralisação da turbina (a)	-	30.947
Outros	-	154
Total	-	31.101

(a) Em 13 de outubro de 2007, nos testes efetuados pela equipe de manutenção na unidade geradora 2, responsável pela geração de aproximadamente 30% da energia produzida pela usina, foi detectado desvio significativo nos parâmetros de combustão. Desta forma, em decorrência da avaliação da área técnica da usina, foi determinada a suspensão das operações desta unidade. Nesta análise da unidade geradora, foram verificados danos na seção de combustão e no último conjunto de compressores (Vanes). Após reuniões entre a Companhia e a fornecedora das unidades geradoras, foram identificadas as partes e peças a serem substituídas. Essas partes e peças no valor de R\$33.131 foram integralmente providenciadas em contrapartida a outras receitas e despesas operacionais, durante o exercício de 2007. Adicionalmente, em 2008, a Companhia incorreu em investimentos relacionados com a unidade geradora 2, no valor total de R\$57.326 e despesas de desmontagem de equipamentos e transporte de R\$5.793.

A Companhia seguradora, responsável pela cobertura de seguro contratada para a Usina, analisou as causas do acidente e através do relatório de análise da fornecedora da unidade geradora efetuou o ressarcimento do montante de R\$59 milhões, sendo R\$24 milhões e R\$34 milhões em junho e novembro de 2008, respectivamente. Em dezembro de 2008, com base em correspondência recebida da seguradora afirmando que os valores pagos à Companhia representam a parcela incontroversa, a Companhia registrou os valores recebidos na rubrica Recebimento de seguros e indenizações, no resultado do exercício.

Entre os meses de maio e junho de 2009, a Companhia recebeu R\$30.947 como forma de indenização complementar referente a esse sinistro. Com isso, a Companhia recebeu integralmente o valor a ser indenizado referente a Unidade Geradora 2.

22. Indenizações contratuais

	31.12.2010	31.12.2009
Indenização Potência Assegurada - Acordo AES Sul (Nota 14)	(10.067)	-
Indenização exposição curto prazo - Acordo AES Sul (Nota 14)	(18.660)	-
Total	(28.727)	-

23. Receitas e Despesas Financeiras

	31/12/2010	31/12/2009
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	16.274	17.836
Atualização de glosas - Acordo AES Sul (Nota 14)	26.934	-
Juros recebidos	-	40.496
Outras receitas	992	-
Total	44.200	58.332
Despesas Financeiras		
Juros passivos sobre empréstimos (Nota 14)	-	(96.571)
Juros passivos sobre BDO - Acordo AES Sul (Nota 14)	(4.934)	-
Juros passivos sobre BDO	(1.312)	(1.842)
Juros passivos sobre contratos de comercialização	(1.695)	(6.316)
Atualização da provisão - Swap Banco Santos	(629)	-
Reversão Swap Banco Santos (Nota 25.1)	13.145	-
Desconto concedido sobre a variação monetária - Acordo AES Sul (Nota 14)	(14.386)	-
Indenização contratual e reversão de multa - Acordo RGE	-	(7.684)
Atualização - P&D (Nota 15)	(533)	(965)
Outros juros passivos	903	5.166
Total	(9.441)	(108.112)
Varições Monetárias e Cambiais Líquidas		
Varição cambial sobre empréstimos (Nota 14)	-	298.914
Varição monetária - Acordo AES Sul (nota 14)	(13.207)	(34.790)
Atualização monetária - Acordo RGE	-	45.286
Atualização monetária - Acordo Sulgás (12)	2.084	-
Atualização monetária - Contratos onerosos (Nota 12)	(1.509)	-
Varição monetária e cambial outros	2.506	-
Total	(10.123)	309.410
Total Líquido	24.633	259.630

24. Imposto de renda e contribuição social

(a) **Despesas com imposto de renda e contribuição social**
As despesas com imposto de renda e contribuição social relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram computadas conforme apresentado a seguir:

	31.12.2010	31.12.2009
Composição dos saldos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	-	(763)
Diferidos	3	1
Total	3	(759)
Demonstração do cálculo dos tributos:		
Resultado antes dos tributos	70.872	70.872
	228.546	228.546

25.2.a. Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	45	45	313
Investimentos de curto prazo	154.311	154.311	214.798
Concessionárias, líquido	11.187	11.187	27.188
Contas a receber por vendas de energia - CCEE	33.121	33.121	37.472
Depósitos vinculados e garantias - CCEE	-	-	8.266
Outros créditos	1.853	1.853	4.217
Total	200.517	200.517	292.254
Passivo			
Fornecedores	106.014	106.014	68.512
Contas a pagar de partes relacionadas	-	-	47.172
Empréstimos com partes relacionadas (*)	-	-	1.215.631
Repasse de benefício de despacho otimizado	-	-	16.985
Contas a pagar sobre operações de hedge	-	12.516	27.802
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	70.887	70.887	70.887
Outras obrigações	1.636	1.647	56.336
Total	178.537	178.537	1.503.325

(*) O empréstimo que a Companhia possuía junto à controladora Uruguiana Inc. foi liquidado em 27 de dezembro de 2009, através da capitalização (Vide nota 12). O valor justo dos ativos e passivos financeiros é determinado pelo valor que o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

25.2.b. Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Nível I - preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas de avaliação que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros conforme abaixo:

	31.12.2010	Nível I	Nível II	Nível III
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Operações Compromissadas	67.373	-	67.373	-
Certificados de depósitos bancários - CDB	63.409	-	63.409	-
Títulos e valores mobiliários	23.529	-	23.529	-
Total	154.311	-	154.311	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Berned Raymond Da Santos Ávila - Presidente do Conselho de Administração

Britaldo Pedrosa Soares - Conselheiro Eletivo

Shelly Caden Contente - Conselheira Eletiva

DIRETORIAItalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
DiretorRinaldo Pecchio Junior
DiretorArturo Enrique Gris Lindenthaler
DiretorAirton Ribeiro de Matos
Diretor de Controladoria CorporativaMauricio Caoblanco de Freitas
Contador CRC 1SP 090676/O-8-S-RS**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Aos Conselheiros e Diretores da
AES Uruguaiiana Empreendimentos S.A.
Uruguaiiana - RSExaminamos as demonstrações contábeis da **AES Uruguaiiana Empreendimentos S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de

auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeisEm nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AES Uruguaiiana Empreendimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**Ênfases**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Companhia registra em 31 de dezembro de 2010, no ativo não circulante, valores a receber no montante de R\$33.121 mil (valor original - base de 31 de dezembro de 2001) e, no passivo não circulante, valores a pagar no montante de R\$70.887 mil (valor original - base de 31 de dezembro de 2002), relativos às transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até 31 de dezembro de 2002. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, nos últimos exercícios as

operações da Companhia vêm sendo significativamente afetadas pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, o qual era importado de seu único fornecedor, o que gera dúvidas quanto à sua capacidade de manter a continuidade de seus negócios. Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 12, essas condições adversas no ambiente econômico da Companhia, fizeram com que a sua Administração determinasse a paralisação das atividades operacionais (hibernação) e concluiu pela necessidade de registrar provisões para perda de valor de seus ativos de longo prazo, a qual totalizava R\$517.245 mil, em 31 de dezembro de 2010. A Administração da Companhia, ciente de que os atuais controladores, com base nos correntes fatos e circunstâncias, não pretendem aplicar novos recursos financeiros nos seus negócios vem buscando a implementação de medidas para equacionamento de suas operações diante do atual cenário, dentre as quais se destaca a busca do equacionamento do fornecimento de gás, também mencionada na nota explicativa nº 1. As presentes demonstrações contábeis foram preparadas, no pressuposto do sucesso dessas medidas, principalmente aquelas relacionadas ao fornecimento de gás, que possam assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos demais ativos não alcançados pela provisão para perda de valor ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos caso a Companhia descontinuasse ou liquidasse seus negócios.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011

**ERNST & YOUNG TERCO**
Quality In Everything We DoErnst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Seis empresas. Uma só atitude.

O Grupo AES Brasil é formado por seis empresas, que geram, distribuem e comercializam energia, além de fornecer infraestrutura para telecomunicações.

Nosso grupo é plural como o Brasil e global por vocação.
Somos protagonistas de uma mudança sustentável.

Temos uma só energia e uma só atitude, que fazem
a diferença e transformam o mundo.

Conheça o Grupo AES Brasil:
www.aesbrasil.com.br

**AES Brasil**AES Atimus
AES Eletropaulo
AES Infoenergy
AES Sul
AES Tietê
AES Uruguaiiana**Uma só energia. Uma só atitude.**